

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Dezembro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em dezembro de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	6
Equador	8
Guiana	11
Peru.....	13
Suriname	15
Venezuela	15
OTCA	16

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de dezembro na Bolívia foi marcado ainda pelas repercuções da COP 30, realizada na cidade de Belém do Pará, no Brasil, no mês de novembro, além das novas ações impostas pelo governo de Rodrigo Paz, eleito presidente boliviano em outubro de 2025. A decisão de Paz de dissolver o Ministério do Meio Ambiente e Água despertou diversas críticas da sociedade civil e também de organizações ambientais. Em sua maioria, as funções do antigo Ministério foram agrupadas em outras pastas, com destaque para a formação do novo Ministério de Planejamento do Desenvolvimento e Meio Ambiente, chefiado por Fernando Romero (empresário agroindustrial). Por sua vez, a pasta que cuidava da água foi movida para o Ministério de Desenvolvimento Produtivo, Rural e Água, liderado por Óscar Justiniano, também empresário agroindustrial [1].

A deputada Cecilia Requena, da *alianza Unidad*, criticou a decisão do governo, afirmando que esta mudança institucional reduz a importância da agenda ambiental dentro do governo. O mesmo é dito por ativistas que manifestam que as políticas ambientais tornaram-se subordinadas às políticas de desenvolvimento econômico e produtivo, resultando em “um enfoque centrado na expansão da fronteira agrícola e no impulso à produção de monocultivos, o que reduz a capacidade do Estado de proteger os ecossistemas, regular atividades extractivas e responder à crise climática que atravessa o país”, detalhou Miguel Vargas, diretor do *Centro de Estudios Jurídicos e Investigacionais Sociales* (CEJIS) [1].

Essa ação também foi duramente criticada pelos povos indígenas da Amazônia boliviana. O *Bloque de Organizaciones Campesinas e Indígenas de la Amazonía Norte de Bolivia* (Bocinab) emitiu um alerta sobre as decisões do novo governo boliviano, afirmando que impactam diretamente a gestão ambiental e os direitos das comunidades indígenas e camponesas da região, formado pelos departamentos de Pando, Beni e Abel Iturralde em La Paz. Em seu pronunciamento, o bloco afirmou que a dissolução do Ministério do Meio Ambiente e Água enfraqueceria a proteção ambiental e a capacidade do Estado em enfrentar as mudanças climáticas, fortalecendo o Ministério de Mineração e Metalurgia [2]. Ainda em sua declaração, o Bocinab destaca que o setor de mineração continua agindo sem legislação adequada que considere a crise climática, direitos coletivos indígenas e a proteção da Madre Tierra.

A preocupação é válida, já que, em 2025, a mineração avançou fortemente em rios, nos territórios indígenas e em áreas de proteção. Muitos povos indígenas foram afetados,

especialmente pela contaminação por mercúrio dos rios que pescam. Segundo Alex Villca, membro da *Coordinadora Nacional en Defensa de Territorios Indígenas Originario Campesinos y Áreas Protegidas* (Contiocap), nove entre dez mulheres indígenas sofrem de altos níveis de concentração de mercúrio em seu organismo e dão sinais de diversas doenças que antes não existiam nos territórios [1].

O governo de Paz rebateu as críticas, afirmando que considera o desenvolvimento e o meio ambiente agendas complementares e não opostas. Logo, o reposicionamento de seu ministério demonstraria uma forma de romper a desunião entre a preservação e a produção [3]. Em resposta, Óscar Justiniano prometeu que a defesa da floresta e a luta contra as atividades que ameaçam o ecossistema da Bolívia serão prioridades do governo, assegurando que a sustentabilidade e a produtividade devem avançar de maneira conjunta para gerar oportunidades concretas para as famílias do país. Em suas palavras, “as outras autoridades devem entender que a sustentabilidade e a produtividade são elementos que se conciliam” [1].

No início do mês, Justiniano se envolveu em uma polêmica a partir de sua fala ainda durante a COP 30, em novembro de 2025. O atual ministro afirmou que a Bolívia “não recebeu nem um peso” [4] em financiamento climático na última década e que decisões políticas impediram o país de acessar grandes somas de dinheiro pelas posturas adotadas nos fóruns climáticos. Entretanto, a Bolívia é considerada um dos países latino-americanos com maior financiamento *per capita* em termos da agenda climática. Especialistas confirmaram que o país recebeu financiamento climático internacional, incluindo recursos de fundos como o *Global Environment Facility* (GEF) e o *Green Climate Fund* (GCF), com um valor estimado de US\$1,35 bilhão entre 2015 e 2020 [4].

Especialistas explicam que a fala de Justiniano está ligada ao conceito de financiamento climático “puro”, ou seja, na constituição de instrumentos modernos de financiamento diretamente vinculados à mitigação e adaptação ao clima, sem gerar dívidas para o país. Logo, para o ministro, os US\$1,35 bilhão contabilizados não seriam considerados um “financiamento climático genuíno” [4], porque muitas partes foram empréstimos ou recursos para desenvolvimento geral. Segundo La Région, “a afirmação do ministro parte de um conceito válido – a ausência de financiamento climático estrutural sem endividamento –, mas negar a existência de outros recursos ambientais recebidos podem gerar interpretações errôneas”, além de causar instabilidade com parceiros que financiam a agenda ambiental boliviana [4].

Dentro da agenda internacional da Bolívia, em dezembro aconteceu a LXIII *Reunión Ordinaria del Consejo de Delegados de la Comisión Trinacional para el Desarrollo de la*

Cuenca del Río Pilcomayo (CTN), em Assunção no Paraguai. Nessa reunião, a Bolívia, que assume a presidência *pro tempore* do grupo, reafirmou seu compromisso de fortalecer a cooperação e a integração trinacional para a gestão sustentável do rio Pilcomayo [5]. Além disso, destacou que a gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos do rio constitui uma prioridade estratégica para o país, bem como a cooperação com a Argentina e o Paraguai é essencial para a preservação ambiental, o desenvolvimento produtivo e o bem-estar das comunidades que dependem da bacia [5].

Outro ponto destacado na reunião foi a apresentação do projeto GEF Pilcomayo, com o objetivo de promover a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável na região. Este projeto foi desenvolvido pela delegação boliviana por meio do Formulário de Identificação de Projeto (PIF), elaborado em conjunto com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). O plano representa a oportunidade de alcançar financiamento internacional do *Global Environment Facility* (GEF) destinados a: fortalecer a governança trinacional; criar o Observatório Hidroambiental da bacia; avaliar o potencial do Sistema Aquífero *Yrendá-Tobatarijeño* (SAYTT); organizar os recursos pesqueiros; e consolidar sistemas de monitoramento e gestão do conhecimento [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/12/balance-ambiental-bolivia-mineria-illegal-deforestacion/>
- [2] Disponível em:
<https://www.facebook.com/bocinab.amazonia/posts/pfbid032DtFMhLdpeXMw72HvPTou4tD2qSNpP5NUhYmFA9xLUKViZkPT7CpimfmBYnb2ppGl?rdid=xrTkfy8oKWQ4JgdO>
- [3] Disponível em: <https://www.laregion.bo/prevalecera-la-economia-sobre-el-ambiente-en-el-nuevo-gobierno-de-bolivia/>
- [4] Disponível em: <https://www.laregion.bo/bolivia-si-recibio-fondos-ambientales-pero-quedo-fuera-del-financiamiento-puro-por-decisiones-politicas/>
- [5] Disponível em:
<https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/12/18/23801/> <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/12/18/23801/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

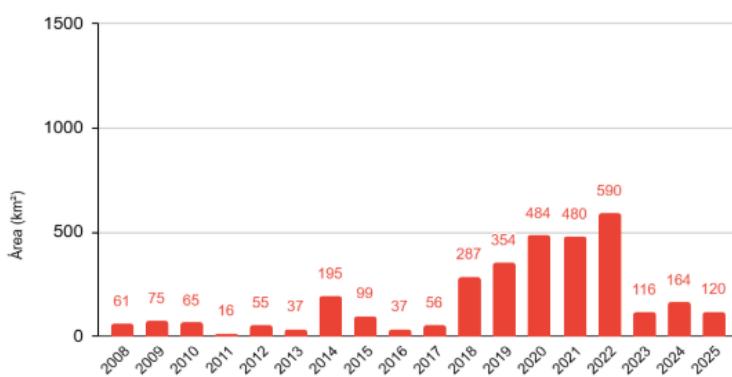
No dia 17 de dezembro, a gerência do Fundo Amazônia apresentou os dados referentes às atividades de 2025 na Reunião Anual de Doadores, que ocorreu no Rio de Janeiro, na sede

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença de representantes dos países contribuidores. Foram aprovados mais de R\$ 2 bilhões em projetos em 2025, o que permitiu a retomada de trabalhos anteriormente paralisados devido à falta de verba, assim como a alavancagem de novas atividades. Somado aos valores investidos em 2024 e 2025, o montante total aplicado foi de R\$ 3,7 bilhões. Essa quantia representou mais de 50% de todo o investimento já mobilizado pelo fundo, criado em 2008. Esse alto grau de recursos correspondeu a resultados positivos, segundo a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, na medida em que a redução do desmatamento na Amazônia caiu em mais de 50% no ano de 2025, quando comparado a 2022 [1].

Ainda em dezembro, segundo dados do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon¹), a degradação florestal – processo causado pelo fogo e pela exploração de madeira – diminuiu cerca de 88% nos meses de janeiro a novembro, quando comparados os anos de 2025 e 2024. A queda foi expressiva sobretudo porque, em 2024, os incêndios florestais na Amazônia atingiram o maior alcance desde outubro de 2008. Além disso, o desmatamento na Amazônia caiu 27% no mesmo período analisado. A área correspondente ao desmatamento em 2025 — 2.650 km² — foi a menor desde 2018. A série histórica evidencia uma alta do desmatamento entre 2018 a 2022 e uma tendência de queda a partir de 2023, conforme o gráfico a seguir [2]:

Gráfico 1 – Desmatamento na Amazônia

SAD Desmatamento - Série histórica Novembro



Fonte: Imazon, 2025

Entretanto, um estudo divulgado no dia 18 pelo Imazon, pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) e pelo Instituto Centro de Vida (ICV) revelou

¹ Ver: <https://imazon.org.br>

que houve uma migração da extração criminosa de madeira, na Amazônia Legal, de propriedades privadas para áreas protegidas, entre agosto de 2023 a julho de 2024. No período, o registro do crime aumentou em Unidades de Conservação, assentamentos rurais e Terras Indígenas em 184%, 66% e 24%, respectivamente [3].

Por sua vez, a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) declarou a meta de formalizar a criação de 3 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia até 2030. O objetivo faz parte da atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (EPANB) para o período 2025-2030, divulgada no dia 8. O documento estabelece 25 metas nacionais e 234 ações de proteção, uso e financiamento da conservação das vidas existentes na natureza [4].

No plano internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) premiou, no dia 10, o instituto Imazon na competição “Campeões da Terra”², que reconheceu cinco iniciativas pioneiras no que tange o combate à degradação ambiental e climática. O Imazon desenvolveu modelos de inteligência artificial capazes de prever possíveis espaços com maior propensão ao desmatamento ilegal. Os dados não apenas ajudaram a prevenir a degradação florestal, mas também “serviram de base para mais de 4,4 mil processos judiciais ambientais e ajudaram a descobrir 99% dos casos de desmatamento ilegal” [5][6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/fundo-amazonia-aprova-mais-de-r-2-bilhoes-em-2025-e-brasil-avanca-na-meta-rumo-ao-desmatamento-zero>.
- [2] Disponível em: <https://amazon.org.br/noticias/desmatamento-cai-27-de-janeiro-a-novembro-na-amazonia>.
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/12/18/extracao-ilegal-de-madeira-cresce-44-em-areas-protegidas-da-amazonia-legal/>
- [4] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/12/09/brasil-apresenta-metas-para-conservacao-da-biodiversidade/>
- [5] Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851777>.
- [6] Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851859>.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Em 18 de dezembro, o presidente colombiano, Gustavo Petro, decretou a formalização de Entidades Territoriais Indígenas (ETIs), em conformidade com a estrutura político-

² Ver: <https://www.unep.org/championsofearth/>

administrativa estabelecida na Constituição Política da Colômbia de 1991 [1]. O regime de ETIs consolida a autonomia de autoridades indígenas amazônicas e reconhece o autogoverno desses povos. No total, oito territórios amazônicos passam a ser ETIs: PANI, Bajo Río Caquetá, Río Tiquié, Mirití Paraná, Yaigojé Apaporis, ARICA, UITIBOC-Asoiantam, e Ríos Cotuhé e Putumayo. Em suma, na prática, os territórios passam a ser governos autônomos indígenas dentro da estrutura do Estado colombiano [1]. A ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torres, afirma que a medida, além de responder a uma dívida histórica, é estratégica na área ambiental [2]. O reconhecimento de poderes indígenas facilita o processo de consulta às entidades indígenas e permite que se consolide uma aliança para a proteção do bioma amazônico [2].

No dia 30 de dezembro, o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (IDEAM) divulgou o Boletim Trimestral de Detecção Precoce do Desmatamento, que trouxe dados sobre o desmatamento de janeiro a setembro de 2025 na Amazônia colombiana [3]. Segundo o relatório, a região registrou uma redução de 25% no desmatamento acumulado no período, em relação ao mesmo período em 2024. Cerca de 36.280 hectares foram desmatados durante os três primeiros trimestres de 2025, enquanto 48.500 hectares foram desmatados no ano anterior [3]. Os dados trazem uma tendência sustentada de redução global do desmatamento na região. O arco noroeste, que tradicionalmente representa os maiores registros de desmatamento, apresentou uma redução acumulada significativa, mas continua representando 98% do desmatamento na Amazônia colombiana em 2025. De acordo com o governo colombiano, a redução é resultado do aumento da presença estatal no arco, por meio do fortalecimento de ações de restauração ecológica, implementação de acordos voluntários de conservação e incentivos econômicos para a incorporação da população local em projetos de conservação [3].

Referências

[1] Disponível em: <https://infoamazonia.org/es/2025/12/17/petro-ya-firmo-decretos-que-reconocen-territorios-indigenas-y-cambian-estructura-de-colombia/>

[2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-nacional-expide-ocho-decretos-que-ponen-en-funcionamiento-los-territorios-indigenas/>

[3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/amazonia-colombiana-reduce-en-25-la-deforestacion-estimada-entre-enero-y-septiembre-de-2025/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 8 de dezembro de 2025, um tribunal da Corte Permanente de Arbitragem de Haia emitiu um laudo vinculante que condenou o Estado equatoriano a pagar \$ 220,8 milhões de dólares à petroleira Chevron (sucessora da Texaco). A decisão finalizou um longo processo arbitral iniciado em 2009, no qual a empresa alegou que o Equador, ao punir a empresa por vazamentos de petróleo e água tóxica, ocorridos na região amazônica entre 1960 e 1990, violou o Tratado Bilateral de Investimentos com os Estados Unidos. A petroleira pede reparação por “negação de justiça” durante o julgamento ambiental que, em 2011, condenara a Chevron a pagar \$ 9,5 bilhões de dólares por danos na Amazônia. O tribunal arbitral considerou que o processo judicial interno foi fraudulento, uma conclusão que o Equador contestou, embora a Procuradoria-Geral do Estado tenha destacado que o valor foi muito inferior aos \$ 3,35 bilhões de dólares inicialmente reivindicados pela empresa [1][2].

A sentença arbitral foi amplamente rejeitada pelas comunidades afetadas e organizações indígenas. A União de Afetados pelas Operações Petrolíferas da Texaco (UDAPT), que representa milhares de indígenas e camponeses, reagiu imediatamente pedindo à Justiça equatoriana que embargasse os \$ 220 milhões de dólares que o Estado deve pagar, para que esse montante fosse destinado à remediação ambiental dos territórios contaminados. Líderes indígenas e o advogado Pablo Fajardo criticaram duramente a posição do Estado, acusando-o de celebrar a redução da indenização enquanto ignora a dívida ambiental histórica da Chevron, cujas operações entre 1964 e 1992 causaram derramamentos de petróleo e despejos de resíduos tóxicos que continuam a afetar a saúde e os ecossistemas da Amazônia Norte [3].

Nos dias 11 e 12 de dezembro de 2025, o Ministério do Ambiente e Energia anunciou que a Empresa Nacional de Petróleo do Chile (ENAP) descobriu reservas de petróleo no poço exploratório Pambil A-1, localizado no Bloco 47 da província de Orellana, uma descoberta que amplia o potencial produtivo da zona e faz parte de uma aliança estratégica para incrementar as reservas de hidrocarbonetos do país. Este foi o primeiro achado na zona próxima à estrutura geológica Culebra-Yulebra, situada no Bloco 61, ampliando significativamente o potencial produtivo conhecido da região e abrindo caminho para novos investimentos no setor equatoriano de hidrocarbonetos. O ministério destacou que a ENAP iniciará a avaliação dos resultados de produção para, posteriormente, elaborar um Plano de Desenvolvimento do Campo, que deverá ser submetido à aprovação das autoridades nacionais [4].

A descoberta consolida a presença estratégica da empresa chilena no país, que já produzia cerca de 30.000 barris de petróleo por dia no Equador, dos quais 11.500 provenientes especificamente do Bloco 47. A operação faz parte de uma aliança estratégica entre o Equador e a ENAP para incrementar as reservas nacionais de hidrocarbonetos por meio da expansão das atividades exploratórias nos blocos 46 e 47. O governo equatoriano afirmou que mantém um acompanhamento exaustivo das operações na Amazônia para garantir o cumprimento da normativa ambiental e dos padrões tecnológicos internacionais, lembrando que atualmente 14 empresas privadas atuam na região [5][6].

Em 12 de dezembro de 2025, as Forças Armadas do Equador executaram operações simultâneas contra a mineração ilegal em duas províncias da Amazônia. Na província de Sucumbíos, no setor Nuevo Paraíso, cantão Putumayo, um reconhecimento ofensivo levou à inutilização de dois acampamentos, uma draga artesanal, duas bombas de sucção, 180 galões de combustível e centenas de metros de mangueiras. No mesmo dia, na província de Napo, especificamente na comunidade Kashayacu, paróquia Ahuano, as tropas, com apoio da Agência de Regulação e Controle de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (ARCOM), inutilizaram duas escavadeiras Caterpillar, uma classificadora do tipo “Z” e um motor de sucção, equipamentos essenciais para a extração ilegal de ouro que causa severos danos aos rios e solos da região [7].

Estas ações foram parte de uma estratégia militar permanente de controle territorial destinada a debilitar economias criminosas e proteger os recursos naturais em áreas de alta biodiversidade e sensibilidade estratégica. As autoridades militares enfatizaram que as operações, baseadas em inteligência, visam reduzir diretamente a capacidade logística das redes delituosas e que intervenções semelhantes continuarão a ser realizadas em diversas províncias do país para conter a expansão deste delito, que ameaça o meio ambiente e as comunidades locais.

Em 16 de dezembro de 2025, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou um pacote de financiamento de \$ 203,2 milhões de dólares destinado a ampliar o acesso a crédito produtivo de longo prazo para pequenas e médias empresas (PMEs) no Equador. O programa, gerenciado pela Corporação Financeira Nacional (CFN), possui um componente específico voltado para a Amazônia, no qual 10 milhões de dólares serão orientados diretamente para negócios da região, com ênfase em atividades vinculadas à bioeconomia. Estima-se que cerca de 200 PMEs amazônicas serão beneficiadas de forma direta, dentro de um universo total de mais de 3.200 empresas em nível nacional. Os recursos serão executados por meio da

modalidade de banca de segundo piso da CFN, que os repassará a bancos comerciais para que estes concedam os créditos [8].

Para a Amazônia, o programa prevê um esquema piloto, que inclui incentivos aos intermediários financeiros e assistência técnica para fortalecer a estruturação de projetos sustentáveis. O financiamento combina um empréstimo do BID de 190 milhões de dólares (com prazo de 25 anos e 5,5 anos de carência) com recursos do *Green Climate Fund* (GCF) e do *Amazon Bioeconomy Fund*, administrado pelo próprio BID, incluindo ainda subvenções não reembolsáveis para investimento e cooperação técnica. Esta iniciativa insere-se no programa *Amazonia Forever* do Grupo BID, que busca promover o desenvolvimento sustentável na região, combinando conservação florestal, ação climática e a geração de alternativas econômicas para as comunidades locais [8].

Em 23 de dezembro de 2025, o Ministério do Ambiente e Energia do Equador aprovou o Manual de Subvenções do Fundo do Biocorredor Amazônico, um marco regulatório que habilita concretamente a fase operacional deste programa de conservação [9]. O manual estabelece regras claras, transparentes e homogêneas para a abertura de concursos públicos destinados a financiar projetos do setor público e privado na região amazônica. Seu principal objetivo é orientar a execução ordenada de iniciativas focadas na conservação da biodiversidade, no impulso ao desenvolvimento sustentável e no fortalecimento das comunidades locais, definindo procedimentos simplificados para a apresentação de propostas, a prestação de contas e a gestão dos recursos.

O fundo administrado por este manual é fruto de um inovador mecanismo de troca de dívida por natureza, estruturado por meio de uma aliança entre o Equador, a organização The Nature Conservancy (TNC), a Corporação Financeira Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (DFC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este esquema permitirá destinar 460 milhões de dólares ao longo dos próximos 17 anos para a conservação da Amazônia equatoriana, além de constituir um fundo patrimonial que garantirá financiamento sustentável a longo prazo. A aprovação do manual consolida, portanto, um instrumento financeiro estratégico que posiciona o país como um referente regional na implementação de mecanismos inovadores para a proteção ambiental, alinhando a saúde ecológica da Amazônia com o bem-estar das populações que nela habitam.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/caso-chevron-union-de-afectados-amazonia-coniae-procuraduria-general-remediacion-ambiental-corte-de-justicia-de-la-haya-nota/>
- [2] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/chevron-ecuador-petroleo-pago-amazonia-contaminacion-111431/>
- [3] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/12/ecuador-condenado-a-pagar-220-millones-de-dolares-a-chevron-mientras-la-amazonia-sigue-contaminada/>
- [4] Disponível em: <https://www.reporteminero.cl/noticia/noticias/2025/12/enap-hallazgo-petroleo-ecuador-pozo-pambil-a1-amazonia-2025>
- [5] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/enap-reservas-crudo-petroleo-orellana-amazonia-ecuador-chile-111615/>
- [6] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/empresa-chilena-reservas-petroleo-amazonia-ecuador/>
- [7] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/golpe-mineria-illegal-amazonia-ejercito-maquinarias-insumos/>
- [8] Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/creditos-del-bid-apuntalan-financiamiento-productivo-en-la-amazonia-ecuatoriana/54554>
- [9] Disponível em: <https://www.ambienteyenergia.gob.ec/se-aprobo-el-manual-de-subvenciones-del-fondo-del-biocorredor-amazonico-y-se-habilita-la-ejecucion-de-proyectos-de-conservacion-en-la-amazonia/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 13 de dezembro, o Ministério dos Recursos Naturais da Guiana³ (MNR), em parceria com a Associação de Mineradores de Ouro e Diamante da Guiana⁴ (GGDMA), emitiu uma nota com o objetivo de reforçar a necessidade de maior transparência e fiscalização no setor minerador. Segundo o comunicado, o ministério vai intensificar a fiscalização de todos os negociantes e comerciantes de ouro licenciados. O objetivo é impedir a subnotificação do ouro extraído e a mineração ilegal como um todo, visto que a prática representa tanto um problema fiscal quanto uma questão ambiental, já que os dados acabariam representando uma falsa realidade no que tange a quantidade de ouro extraído [1][2].

As agências que estão sob tutela do ministério foram instruídas a realizar apreensões de equipamentos sem a devida documentação. A nota também deixa claro que os pagamentos aos trabalhadores do setor não devem ser realizados em ouro bruto, reforçando que a prática conformaria uma dificuldade regulatória ao governo e também deixaria os trabalhadores mais vulneráveis, dado que as transações em ouro só podem ser realizadas pelo Conselho de Ouro da Guiana⁵ [1][2].

³ Ministry of Natural Resources (MNR).

⁴ Guyana Gold and Diamond Miners Association (GGDMA).

⁵ Guyana Gold Board.

O governo da Guiana possui uma meta nacional de extrair 500.000 onças de ouro no ano de 2025, porém a quantidade declarada até foi de 420.000 onças, podendo chegar até 475.000 no final do ano. A medida do ministério também possui relação com essa meta nacional, visto que a subnotificação do ouro poderia ser um dos motivos do não cumprimento do objetivo [1][2].

Essa preocupação salienta que a mineração faz parte da constituição do planejamento econômico da Guiana, de maneira que o próprio Estado demanda a extração em si. No ano de 2023⁶, o ouro conformou cerca de 5,04% das exportações, representado por um valor de \$ 891 milhões. Esse metal, assim como outros minerais, representam um ativo estratégico para o país, de maneira que vislumbrar um futuro com exploração zero — no curto prazo — é quase impossível.

Esse caso é revelador de que cálculos sobre equilíbrio ambiental na Guiana, feitos pelo governo, levam em conta a continuidade da exploração tanto da mineração quanto do petróleo, conforme registramos em monitores anteriores. Trata-se de uma sina de uma economia de baixa complexidade e baixa produtividade no que tange à capacidade de atribuir valor agregado à sua produção assim como diversificá-la.

Além disso, em um primeiro momento, a questão aparenta possuir uma face meramente doméstica, porém, o sistema internacional passa por um período caótico e de aprofundamento de disputas, principalmente entre as grandes potências. Um dos pilares do poder estadunidense, a principal potência militar do mundo, é o dólar, e um dos objetivos — não importa o prazo — dos rivais dos Estados Unidos — China e Rússia — é o enfraquecimento dessa infraestrutura de poder econômico. Esse elemento, que não resume a disputa, mas é parte de sua constituição, conecta-se diretamente com a exploração do ouro, visto que o metal é historicamente aceito como portador de valor e, portanto, pode ser que o acúmulo de ouro por parte de Bancos Centrais ao redor do planeta conecte-se diretamente com o aumento da exploração da atividade. Nessa hipótese, a política global afeta diretamente a mineração na Guiana e um possível aumento da devastação ambiental da Floresta Amazônia [3][4].

Referências

[1] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/mnr-ggdma-discuss-strengthened-enforcement-to-tackle-reduced-declarations/#:~:text=News->

⁶ Os dados disponíveis não abarcam os anos posteriores (2024 e 2024).

[.MNR%2C%20GGDMA%20discuss%20strengthened%20enforcement%20to%20tackle%20reduced%20declarations,supporting%20compulsory%20training%20for%20miners.](#)

[2] Disponível em: <https://demerarawaves.com/2025/12/13/gold-dealers-licences-will-be-revoked-for-facilitating-under-declarations/>.

[3] Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy>

[4] Disponível em: [https://www.thebanker.com/content/09369b02-a590-44d9-b572-ffc4afae72e0#:~:text=Central%20bank%20demand%20for%20gold,\\$4%2C381.21%20per%20ounce%20in%20October](https://www.thebanker.com/content/09369b02-a590-44d9-b572-ffc4afae72e0#:~:text=Central%20bank%20demand%20for%20gold,$4%2C381.21%20per%20ounce%20in%20October).

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Ao longo do mês de dezembro, o Peru intensificou sua atuação em cooperação ambiental, governança amazônica e diplomacia climática, combinando iniciativas regionais, políticas públicas e projeção internacional. No início do mês, Peru, Brasil, Colômbia e Equador avaliaram os avanços e desafios do Projeto de Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo–Içá, uma iniciativa de cooperação transfronteiriça voltada à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável em uma área estratégica da Amazônia. O encontro destacou temas como gestão de recursos hídricos, fortalecimento institucional, redução da contaminação dos rios e promoção de atividades produtivas sustentáveis. A iniciativa reforça a centralidade da cooperação regional amazônica [1].

Ainda no início de dezembro, o Ministério do Ambiente do Peru (MINAM) apresentou o Plano Diretor do Protocolo Verde para 2026, marco importante para a consolidação de finanças sustentáveis no país. O plano, em vigor desde 2020, estabelece diretrizes para integrar critérios ambientais e climáticos ao sistema financeiro, incentivando investimentos verdes e práticas responsáveis por parte de bancos e instituições de crédito. A iniciativa sinaliza uma estratégia estatal de longo prazo que conecta política ambiental, regulação econômica e setor financeiro, alinhando o Peru a tendências globais de financiamento climático e bioeconomia, com impactos diretos sobre a conservação da Amazônia [2].

No dia 17 de dezembro, o ministro do meio ambiente do Peru, Miguel Mariñas, apresentou um relatório de balanço das Áreas Naturais Protegidas em 2025, destacando avanços na gestão, ampliação da cobertura protegida e desafios persistentes relacionados a financiamento e fiscalização nessas áreas. O relatório ainda destacou que 96% dessas áreas são mantidas em bom estado, o que deixa a eficácia média de gestão nacional em 68,74%. [3]

No âmbito da diplomacia ambiental, o Peru apresentou, na Assembleia das Nações Unidas sobre meio-ambiente, avanços nacionais no combate às mudanças climáticas e na

promoção da economia circular, destacando seu esforço com agendas multilaterais ambientais. Juntamente ao Quênia, país que sediou o encontro, o Peru apresentou um projeto de combate aos crimes ambientais. Durante o evento, o ministro do meio ambiente ainda se reuniu com a embaixadora francesa para o meio ambiente, para tratar de temas de interesse bilateral, como a redução da contaminação por plásticos. [4]

Encerrando o mês no MINAM, Peru e Reino Unido avançaram na implementação de seu Plano de Trabalho de Cooperação Climática e de Biodiversidade, aprofundando uma parceria estratégica voltada à conservação da Amazônia, fortalecimento da bioeconomia e mobilização de financiamento verde. A cooperação bilateral evidencia o papel crescente de parcerias na agenda ambiental peruana, complementando os esforços regionais amazônicos. [5]

Já no âmbito do Ministério de Relações Exteriores, o Peru realizou, no dia 10 de dezembro, na sede da Chancelaria, a terceira reunião anual da Comissão Nacional Permanente Peruana da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A reunião contou com a participação de representantes de diferentes órgãos do Estado peruano envolvidos na agenda amazônica e teve como objetivo apresentar e revisar os avanços do trabalho realizado ao longo do ano, além de coordenar prioridades nacionais relacionadas à cooperação regional na Amazônia. O encontro também serviu para alinhar as ações internas do país com os instrumentos, programas e decisões adotadas pela OTCA. Durante a sessão, foram abordados temas associados à coordenação interinstitucional e internacional, ao acompanhamento de iniciativas regionais e à participação do Peru em projetos de cooperação amazônica multilateral. [6]

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1305484-peru-brasil-colombia-y-ecuador-evaluan-avances-y-retos-ambientales-del-proyecto-de-manejo-integrado-de-la-cuenca-del-rio-putumayo-ica>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1304690-minam-presenta-el-primer-plan-director-del-protocolo-verde-al-2026>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1316177-ministro-del-ambiente-presenta-balance-2025-de-las-areas-naturales-protegidas-del-pais>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1309858-en-asamblea-de-nn-uu-peru-presenta-avances-en-la-lucha-frente-al-cambio-climatico-y-en-economia-circular>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1322902-peru-y-reino-unido-avanzan-en-la-implementacion-del-plan-de-trabajo-de-cooperacion-climatica-y-de-biodiversidad>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1310884-celebran-en-cancilleria-tercera-reunion-anual-de-la-comision-nacional-permanente-peruana-de-la-otca>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, o Suriname sediou um encontro sub-regional de alto nível que contou com países caribenhos, especialistas, organizações regionais e também as Nações Unidas (ONU). O objetivo das reuniões foi dinamizar e aprofundar a relação entre os países da região do Caribe no que tange à preservação ambiental por meio da construção de capacidades técnicas adequadas. Além disso, o evento também serviu para atualização acerca de iniciativas de cunho multilateral: o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal (GBF)⁷ e as Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade⁸ (NBSAPs). No caso das NBSAPs, vale ressaltar que o Suriname foi um dos primeiros países a atualizar seu plano de ação no ano de 2024. Os esforços demonstram que a pauta ambiental é um meio de inserção geopolítica para o Suriname, que se fundamenta no argumento de ser um dos países que mais preservou florestas em seu território.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.undp.org/suriname/news/caribbean-countries-unite-biodiversity-undp-suriname-support>.
- [2] Disponível em: <https://www.cbd.int/gbf>.
- [3] Disponível em: <https://www.unep.org/topics/nature-action/global-biodiversity-framework/national-biodiversity-strategies-and-action>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O último mês do ano de 2025 foi marcado por uma estratégia governamental de intensificação das operações militares na região da Amazônia venezuelana. O foco foi no combate ao tráfico aéreo em zonas fronteiriças. Nesse sentido, logo no primeiro dia do mês, houve atuação da Operação Neblina 2025, desfechada no estado Amazonas. Na ocasião, a Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) detectou e destruiu materiais e equipamentos utilizados para práticas de mineração ilegal [1]. Ao longo do mês, foram mapeadas ações no estado de

⁷ *Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework* (GBF): quadro global que estabelece metas e diretrizes para interromper e reverter a perda da biodiversidade em escala mundial.

⁸ *National Biodiversity Strategies and Action Plans* (NBSAPs): o programa tem o objetivo de estimular os países a criarem planos de ação com o objetivo de proteger seus ecossistemas e sua biodiversidade.

Bolívar [2] e na Zona de Defesa Integral da Região Estratégica de Defesa Integral (REDI), na Guiana Essequiba (por meio da denominada “Operação Domingo Sifontes”) [3]. O comandante da FANB, Domingo Hernández Lárez, justificou as atividades ao declarar que a “mineração é proibida, de acordo com o estabelecido na Lei Penal do Ambiente. Aqueles que o fazem violam o ordenamento jurídico nacional, além da segurança e da defesa nacional” [4].

Para além da intensificação das ações militares, houve a divulgação do Relatório de Reflorestamento, feito pelo Ministério do Ecossocialismo no dia 18 de dezembro. O balanço oficial afirma que, durante o ano de 2025, o governo bolivariano, em conjunto com os Conselhos Ecossocialistas das Salas de Governo Comunal, por meio da Grande Missão “Madre Tierra Venezuela”, reflorestou 4 milhões e 800 mil plantas em áreas vulneráveis do país, degradadas pela mineração. O intuito, de acordo com o Ministro do Poder Popular para o Ecossocialismo, Ricardo Molina, foi “proteger o povo em temporadas de chuvas e eventos meteorológicos adversos, produto da crise climática gerada pelo capitalismo”. Molina afirmou ainda que “cumprimos a meta de 2025 e, para 2026, a meta é reflorestar 10 milhões de plantas” [5].

Referências

- [1] Disponível em: https://www.eluniversal.com/sucesos/221482/fanb-destruye-material-utilizado-para-mineria-ilegal-en-amazonas#google_vignette
- [2] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/221526/fanb-desmantela-campamentos-de-mineria-ilegal-en-amazonas-bolivar-y-guayana-essequiba>
- [3] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DRucvgFjkf9/>
- [4] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/222471/fanb-inhabilita-logistica-de-mineria-ilegal-tras-incursion-en-la-selva-de-amazonas>
- [5] Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/en-2025-el-gobierno-bolivariano-reforesto-mas-de-4-millones-800-mil-plantas-en-las-zonas-mas-vulnerables-del-pais/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de dezembro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica divulgou os resultados do Projeto Amazonas, desenvolvido em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores do Brasil [1]. Foram apresentados os avanços alcançados entre 2017 e 2025, com base na troca de informações e experiências para a gestão de recursos

hídricos na Bacia Amazônica, capacitação de profissionais e apoio à estruturação de uma Rede Regional de Monitoramento. O evento contou também com o lançamento de uma plataforma online que contém publicações, resultados e informações gerais sobre o projeto.

No dia 11, foi oficialmente instalado o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) na sede da OTCA, em Brasília [2]. A sessão de abertura contou com a participação do secretário-geral da organização, Martin von Hildebrand, autoridades do Brasil e lideranças do movimento indígena, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Os participantes discutiram diretrizes para a Estratégia Regional e o Plano de Trabalho do MAPI, além de apontar os principais desafios e expectativas para o MAPI. Ao longo da sessão, o Brasil foi eleito por unanimidade para assumir a primeira co-presidência do mecanismo por meio de Francisco Filippo, do Ministério dos Povos Indígenas, e Ângela Kaxuyana, coordenadora e representante da COIAB na Bacia Amazônica.

No dia 16, a OTCA lançou o livro “Fronteiras do Fogo: um panorama do fogo na região amazônica”, publicado em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) no âmbito do projeto CoRAmazônia [3][4]. O objetivo da obra é apresentar a dinâmica do fogo no contexto amazônico desde uma perspectiva comunitária e do conhecimento indígena até análises sobre impactos ambientais, sociais e econômicos das queimadas. Segundo a OTCA, os principais temas abordados são: a evolução dos padrões dos incêndios e áreas afetadas, impactos sobre populações, biodiversidade, economia e serviços ecossistêmicos, o papel da Amazônia no sistema climático global e propostas de governança integrada para a redução de riscos de incêndios.

Representantes dos países-membros da OTCA participaram do Curso Internacional de Análise de Comportamento do Fogo promovido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) entre os dias 15 e 20 de dezembro [5]. A formação teve como objetivo capacitar os participantes para atuarem em espaços de tomada de decisão e operações de combate ampliado a incêndios florestais, além de fomentar a criação de uma Rede de Analistas de Comportamento do Fogo da América Latina, capaz de promover a cooperação técnica e difusão de conhecimento entre os países-membro da OTCA.

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/ana-otca-e-abc-apresentam-resultados-do-projeto-amazonas-em-evento-de-encerramento-no-dia-10-de-dezembro/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-instala-o-mecanismo-amazonico-dos-povos-indigenas-e-brasil-assume-a-primeira-copresidencia/>

[3] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-lancara-novo-livro-com-panorama-abrangente-sobre-o-fogo-na-regiao-amazonica/>

[4] Disponível em: <https://portalamazonia.com/educacao/livro-diagnostico-fogo-amazonia/>

[5] Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2025/curso-do-ibama-reune-especialistas-para-discutir-comportamento-do-fogo>